

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2013/2015

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA: 03/06/2015

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 7ª Reunião Extraordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2013/2015, realizada no dia 3 de junho de 2015, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. O Senhor Presidente do COMDEMA, Domênico Tremarolli, dá início à reunião, agradecendo a presença de todos e em especial do Diretor Municipal Engº Rodrigo Batalha que dá início à sua apresentação sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada da Drenagem do Município de Jundiaí que está em fase de Consulta Pública. Explica as premissas básicas consideradas na formulação do Plano: a) Drenagem é um fenômeno regional – a unidade de gerenciamento é a bacia hidrográfica; b) drenagem dos centros urbanos é um problema de alocação de espaços – a supressão das áreas de inundação, naturais ou não, implicará na sua realocação para áreas situadas a jusante do local protegido; c) Drenagem é parte integrante da infra-estrutura urbana – o seu planejamento deve ser multidisciplinar e harmonizado com os planos e projetos concernentes às demais utilidades; e por fim, a drenagem deve ser sustentável – no seu gerenciamento deve-se garantir sustentabilidade institucional, ambiental e econômica. Faz a seguir um comparativo da Mancha Urbana do Município de Jundiaí em 1.986 através de Carta do IBGE, essa mancha ocupava 30,47 km² e em 2.014 segundo imagem do Google Earth ocupa a área de 68,56 km². No município de Jundiaí, nota-se crescimento acentuado principalmente ao longo do setor noroeste do município, limitando na parte mais ao sul pela Serra do Japi, por tratar-se de área de proteção ambiental que restringe a expansão e especulação imobiliária. O eixo entre sul-noroeste tem como principal característica a várzea do Rio Jundiaí-Mirim, importante afluente do Rio Jundiaí. Nota-se também o crescimento do setor sudeste do município ao longo do trecho entre os municípios de Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista. Buscou-se então um Horizonte de Planejamento estimado para 20 anos. Em 2.034 espera-se que o município de Jundiaí atinja aproximados 528.000 habitantes, com aumento conseqüente da área urbana, de 47 km² para 72 km², principalmente nas bacias do Rio Guapeva e Jundiaí-Mirim, além do Córrego da Walkíria e Engordadouro. Estima-se em 4% a chance anual de falha, principalmente devido às condições meteorológicas. As soluções previstas neste plano visam o atendimento das vazões de cheia para o cenário futuro para eventos de tempo de retorno de 25 anos. A escolha desse nível de risco está ligada ao custo benefício das intervenções que historicamente apresentam valores ótimos para este nível de proteção em intervenções na drenagem urbana de diversos municípios paulistas. Esse valor também é utilizado como referência no Ministério das Cidades para o financiamento de obras de drenagem urbana sustentável. Como diretrizes do plano, temos as medidas estruturais para o Rio Jundiaí as emergenciais como a retenção dos volumes de cheia prioritariamente o mais próximo das áreas onde foram gerados; medidas emergenciais extensivas, como o desassoreamento da calha, e, as sistêmicas, como por exemplo execução de obras que vão dar segurança e as pontuais como por exemplo a proteção das encostas. Além disso, como parte do Plano de Drenagem estão a elevação de pontes e o alteamento da calha para as chuvas ao vazarem. Não podemos,

ponderou o Diretor Rodrigo Batalha, deixar de considerar as medidas não estruturais, como reservatórios de amortecimento, controle da erosão urbana, a gestão de resíduos sólidos, além de um programa de Educação Ambiental e manutenção e monitoramento, fazendo um trabalho mais preventivo do que corretivo. O Eng^o Rodrigo Batalha finaliza sua exposição colocando-se à disposição dos presentes para maiores esclarecimentos pessoalmente ou por telefone na Prefeitura de Jundiáí. Seguindo o conselheiro Massao Okazaki solicitou o Q95 e o Q90 para o Rio Jundiáí. O conselheiro Fábio Pereira Campos Alves pede que seja considerado no plano de Compensação a Bacia do Rio Guapeva, o que concorda o Eng^o Batalha. Finalizada a explanação, o Presidente do COMDEMA pede que a conselheira Maria Elisabete Mendes Lopes Botan apresente as ponderações da Câmara Técnica de Recursos Hídricos sobre o Plano de drenagem da Prefeitura do município de Jundiáí. A conselheira Elisabete entregou ao presidente do COMDEMA o relatório preliminar, elaborado pela CT RH (Câmara Técnica de Recursos Hídricos), tendo como referência o Plano de Drenagem apresentado e entregue pela Secretaria de Serviços Públicos. Informou que o relatório foi disponibilizado antecipadamente à todos os membros do COMDEMA, por e-mail, para suas contribuições, devido a importância da plenária na finalização deste documento e seus devidos encaminhamentos. A síntese do plano de Drenagem será disponibilizada pelo Eng^o Rodrigo e após, a plenária complementar o relatório apresentado para que seja encaminhado revisado pelo presidente. Elisabete comentou que o trecho final do rio Jundiáí (JUSANTE – divisa com Itupeva) não foi citado ou considerado no PLANO DE DRENAGEM, o que deveria ser, devido à sua relevância e importância por estar inserido neste trecho o VETOR OESTE, com significativa expansão prevista e aumento de velocidade de escoamento e/ou vazão ao rio Jundiáí, principalmente pela impermeabilização causada pelo seu futuro uso e ocupação. Cita que o plano apresentado informa sobre as áreas inundáveis do Rio Jundiáí, mas falha em não citar as áreas inundáveis ao longo das sub bacias que o compõem. Para um plano dessa magnitude, a insuficiência de informações das vazões para cada afluente do Rio Jundiáí carece de estudos. Foi considerado que cada sub bacia apresentada deveria contar com estudos pertinentes à sua vazão, no ponto de desembocadura do Rio Jundiáí, principalmente porque cada uma possui sua peculiaridade com perfil muito diferenciado. Afirma que foram propostas, para atendimento das atuais vazões de restrições “piscinões” para controle das vazões atuais considerando o tempo de retorno, mas não foram consideradas consistentes, porque demandam ações de desapropriação, além de necessários estudos geológicos e ambientais. A CTRH pondera que os impactos deveriam ter maiores estudos quando analisados, prevendo atitudes com visões otimistas e pessimistas. Deixou, segundo a CTRH, também de considerar alternativas ambientais oportunas e aplicáveis na redução de escoamentos e erosões, e também, quanto aos resíduos sólidos foi apresentado somente para as obras de “piscinões” e não para as sub bacias de maneira geral. Como conclusão, sugere a CTRH a elaboração de um ante-projeto de drenagem, desta vez consolidando o plano de recursos hídricos e o plano diretor em desenvolvimento, além de outros planos que possam ser pertinentes. Dessa forma, o Plano de Drenagem efetivo deveria finalizar os demais planos, para atingir o que se espera para o município, em todas as esferas de atuação, inclusive análise de risco. Cita onze pontos em que será interessante apontar e utilizar para cada sub bacia, entre elas a densidade populacional admitida e os índices de crescimento populacional para cada sub bacia, ainda um plano de recuperação das áreas degradadas e interligação de maciços florestais para recarga de lençol freático para redução da velocidade de escoamento superficial das sub bacias. Cita mais que não foram observadas correlações com o Plano de bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, nos quesitos vazões, disponibilidade hídrica, crescimento e etc. Também falha em não apontar a atual situação de manutenção de galerias e redes coletoras de águas pluviais. Por fim, considera a CTRH viáveis as “Medidas Não Estruturais” e de “Planejamento

de Educação Ambiental”, mas considera que estas medidas deveriam estar sendo planejadas para cada sub bacia hidrográfica. O presidente Domênico então faz as ponderações referentes a apresentação de parecer da Câmara Técnica do Fundo Municipal de Qualidade Ambiental referente ao pedido de uso de recursos para compra de equipamentos para Guarda Municipal, equipando-a com implementos que a torne mais eficaz no combate a incêndios. Após ampla discussão sobre aquilo que está proposto ser adquirido, restou aprovado o uso do recurso pleiteado com a recomendação de avaliação apurada das especificações técnicas dos equipamentos bem como da disponibilidade de peças de reposição necessárias às manutenções periódicas. Também aprovou-se a sugestão de se trazer um representante da Guarda Municipal em reunião futura para esclarecimentos sobre a infra-estrutura existente. Agradecendo a presença de todos a reunião o presidente encerra a reunião. Eu, Márcio Galafassi 1º secretário do COMDEMA, lavrei esta ata a qual assino juntamente com os demais conselheiros presentes e a lista de presença: Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires, Maria Elisabete Mendes Lopes Botan, Domenico Tramarolli, Rachel Antas Bugalho, Jorge Junji Yoshino, Maria Carolina Hertel Simões e Dutra, Renato Steck, Márcio Pardo Galafassi, Pedro Sérgio Pontes, Dirceu Francisco Cardoso, Giorgio Di Rito, Massao Okazaki, Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, José Rodrigues, Luciano Libanio de Alcantara, Marco Antonio Madeira, Rafael Benassi, Nivaldo José Callegari, Edmar Ferigato, Vânia de Fátima Plaza Nunes, Fábio Pereira Campos Alves, Ademir Lopes Gomes, e os convidados Vinicius S. Macedo, Camila Barbi Campos, Gabriel Gimenez, Júlio Campos e Cláudia D. de Campos.